

CIDADE NUVA

Personagem 1: "Esse cara só sabe latir".

Personagem 2: "Quem sabe latir é você, que não passa de um suplentezinho de deputado".

Personagem 1: "Au, au, au".

Personagem 2: "Cachorrinho é a sua avó, a sua mãe".

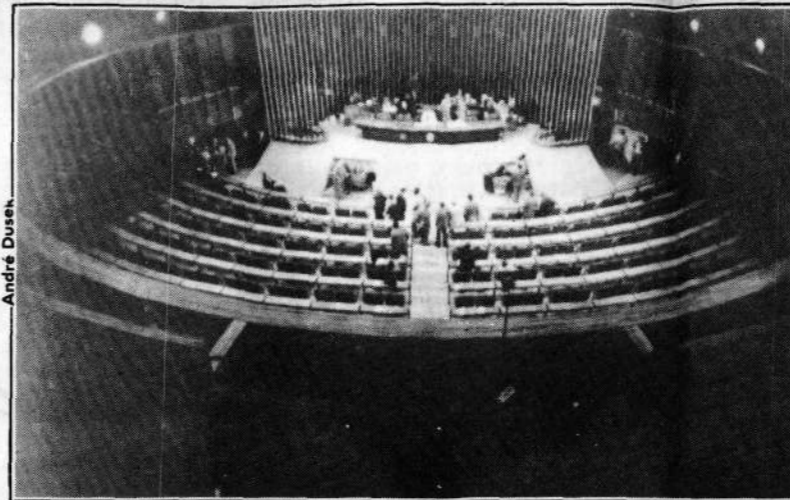
Personagem 1: "(Um palavrão)".

O diálogo de "alto nível" terminou com o personagem 2 avançando sobre o outro aos socos e com a intervenção do senador Mário Covas e outros que passavam por ali, segurando os dois constituintes e apartando a briga.

Este foi um dos fatos marcantes da esvaziada segunda-feira em Brasília. Os personagens 1 e 2 são Israel Pinheiro

(PMDB-MG) e Chico Humberto (PDT-MG), este último um dos principais promotores da idéia de se criar um Estado do Triângulo, separado de Minas.

Com a viagem do presidente Sarney e comitiva, com a saída de Brasília de mais nove ministros (Abreu Sodré, das Relações Exteriores; general Bayma Denys, do Gabinete Militar; Prisco Viana, da Habitação; Almyr Pazzianotto, do Trabalho e Celso Furtado, da Cultura para o Exterior e Aluizio Alves, da Administração; Íris Rezende, da Agricultura; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações e Hugo Napoleão, da Educação para outros Estados) e a ausência de 402 constituintes (só 157 assinaram a presença ontem),



O plenário vazio, a cidade vazia: sem decisões.

Brasília estava deserta. E a perspectiva é que não se consiga o quórum de 280 parlamentares para aprovar nada esta semana, já que amanhã a sessão será dedicada a homenagear o senador Virgílio Távora, falecido na sexta-feira passada.

Além da briga entre os mineiros, os únicos fatos que chamaram a atenção entre as 14 e as 16h30, quando o senador Mauro Benevides que preside a Constituinte na ausência de Ulysses Guimarães encerrou a sessão, foi o beijo que a deputada Beth Azize (PSB-AM) deu no rosto do senador Roberto Campos (PDS-MT), depois que este explicou ao microfone a utilização da frase de Nelson Rodrigues "Elas Gostam de Apanhar"

como título de um artigo de sua autoria recentemente publicado, e a presença dos ex-combatentes do Batalhão Suez, que integrou a força de paz à Faixa de Gaza entre 1957 e 1967. Eles queriam a equiparação do seu soldo ao de segundo tenentes e as mesmas vantagens dos ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Se a situação permanecer assim durante toda a semana, as votações na Constituinte e no Senado só voltam a acontecer na próxima segunda ou terça-feira. Vai se aproximando, portanto, a data do 15 de novembro. Para quem não quer eleições municipais este ano, não poderia acontecer nada melhor do que isso.

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, viaja depois de amanhã para a China confiante de que a Constituinte não deverá aprovar nenhuma ampliação da anistia aos militares cassados em 1964, cujo texto deverá ser votado na próxima semana. A assessoria do ministro não revelou de quem ele teria recebido a garantia de que a emenda do Centrão será aprovada, já que até alguns dias atrás o general Leônidas pensava em adiar a viagem para acompanhar a votação.

Mas o PMDB já está estudando a possibilidade de aprovar através de destaque para votação em separado uma fusão de emendas que permita aos 1.509 marinheiros punidos com atos administrativos em 1964 voltar a integrar as Forças Armadas, na reserva, passando a receber proventos a partir de agora, como aconteceu com os militares cassados por motivos políticos. Essa questão foi objeto de longa discussão durante a reunião dos peemedebistas, realizada ontem à noite, liderada pelo senador Mário Covas, que vem analisando as futuras votações do capítulo das Disposições Transitorias. O deputado Antônio Britto

Leônidas na China, sem pensar na anistia.



Combatentes de Suez: vantagens?

(PMDB-RS) comentou que "não houve definição sobre quais emendas poderiam ser aproveitadas pelo partido, mas a expectativa é de se encontrar um texto que beneficie os marinheiros".

Os peemedebistas estavam cautelosos ontem diante das declarações do ministro do Exército

contrárias à ampliação da anistia, que afirmou durante o fim de semana que "não há o que ceder mais". Covas observou que "o ministro também ocupa função política", enquanto Fernando Henrique admitiu que as declarações influenciam a Constituinte e por isso mesmo deviam ser evitadas, "porque não ajudam a democracia".

Já o líder do PDS no Senado, senador Jarbas Passarinho, disse que "numa Constituinte onde se faz lobby até no banheiro", é natural que os militares se organizem para evitar a aprovação do texto da Comissão de Sistematização que concede anistia aos cassados.

Para o governador Orestes Quércia, que se diz preocupado com a possibilidade de ser aprovado o texto que concede anistia a militares cassados, "há evidentes exageros no projeto. Se se analisar no conjunto o custo desse projeto, ele vai ser muito grande para o País". Quércia lembra que a anistia poderá permitir que militares cassados voltem a ocupar cargos, "destruindo de alguma forma a sistemática das Forças Armadas", mas acrescentou que não pretende orientar a bancada paulista a rejeitar a emenda.

A poucos dias da votação da emenda que propõe o perdão da correção para as dívidas de microempresários e pequenos produtores rurais ainda há divergência quanto ao custo que essa medida iria representar. Enquanto o autor da emenda, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), prevê um custo de Cz\$ 180 bilhões e diz esperar que "ele seja suportado pelos bancos, com a provisão de parte de seus lucros", o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, diz que de acordo com cálculos de sua assessoria "esse perdão teria um custo de mais de Cz\$ 500 bilhões, o equivalente a sete vezes o orçamento do Ministério da Saúde".

O senador Mansueto de Lavor, na defesa de sua emenda, chegou a dizer que "o ministro está mal informado ou está agindo de má fé ao falar em mais de Cz\$ 500 milhões". Ontem, ele aceitou modificar sua emenda, retirando o inciso III, que previa o perdão para todas as dívidas, de qualquer natureza, contraídas entre 28 de fevereiro e 31 de dezembro de 86. A fusão de sua emenda com duas outras, dos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares, vai limitar o benefício a pequenos e mi-

Mailson vai mostrar quanto custa o perdão às micros

croempresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais. A fusão prevê também que apenas os contratos assinados durante a vigência oficial do Plano Cruzado — de 28 de fevereiro de 86 a 28 de fevereiro de 87 — terão direito ao perdão da correção monetária, válido para todo reajuste posterior a 28 de fevereiro de 87.

Já o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, recebe hoje um grupo de constituintes, entre eles os autores da emenda que prevê o perdão da correção monetária para discutir além dessa emenda todas as questões econômicas que estarão em votação no capítulo das Disposições Transitorias.

Em São Paulo, o deputado

Afif Domingos previu ontem o surgimento de "um autêntico trem da alegria se for aprovada emenda que possibilite a anistia a todos microempresários que contraíram empréstimos no período do Plano Cruzado". Afif sugeriu a inclusão de um dispositivo que determine que o perdão da correção monetária só será concedido a quem provar total incapacidade de arcar com o compromisso assumido.

Ameaça: modificar toda a Constituição.

Para ver aprovados na Constituinte dispositivos que permitam ao governo desenvolver uma política econômica mais pragmática, o Palácio do Planalto pode incorrer no grave erro de arrastar os trabalhos por um período mais longo e exaustivo. A advertência partiu do líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, que diz ter percebido os primeiros sinais dessa manobra no que, tecnicamente, leva o nome de "emendas modificativas", a serem apresentadas depois de uma nova mudança no regimento.

"Seria uma violência contra o País e contra nós constituintes, que estamos penando há mais de um ano", advertiu Passarinho após ser contemplado com a primeira audiência concedida pelo deputado Ulysses Guimarães no exercício da Presidência da Re-



Ulysses e Passarinho: questões constituintes.

pública. O senador disse ter recebido o convite de Ulysses, para conversar, no velório do senador

Virgílio Távora, sexta-feira passada.

Na previsão do senador, o

texto constitucional ficará pronto no final de julho se mantido o atual regimento que permite apenas as emendas supressivas. Nesse momento, as condições físicas dos constituintes, ainda na visão de Passarinho, terão se esaurido. "Qualquer tentativa de colocar emendas modificativas vai embolar tudo. Vou trabalhar contra", afirmou.

As "emendas modificativas" estariam sendo bancadas por alguns setores importantes do governo.

Mas o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, só admite a possibilidade de fornecer subsídios aos constituintes nas três hipóteses previstas no atual regimento: supressão, compatibilização e aprimoramento do texto constitucional. Couto observou que nesses casos o go-

verno pretende apenas "contribuir", e não "interferir" nos trabalhos.

Passarinho e Ulysses conversaram também sobre eleições municipais, principalmente um possível mandato-tampão para os atuais prefeitos, permitindo a coincidência de eleições em todos os níveis em 1989. "É uma idéia que cresce, mas sou contra." Segundo Passarinho, a última experiência no gênero, nos anos 70/72, "foi um desastre". Mas admite que esta ou outra sugestão em discussão — como, por exemplo, o Congresso Nacional se encarregar de nomear os prefeitos pro tempore — devem ser aprovadas devido à necessidade da coincidência de pleitos.

"Uma campanha sem eleições de prefeito é muito difícil de carregar", disse ele.